

## **CRISES NA SEGURANÇA ALIMENTAR E ESTRATÉGIAS DE COMBATE A FOME EM IMPERATRIZ/MA: DO MODELO HISTÓRICO PARA UMA NOVA RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO.**

### **FOOD SAFETY CRISES AND HUNGER FIGHTING STRATEGIES IN IMPERATRIZ / MA: FROM THE HISTORICAL MODEL TO A NEW SPACE RECONFIGURATION**

César Alessandro Sagrillo Figueiredo<sup>1</sup>  
Samuel Correa Duarte<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

A fome no Brasil é um fenômeno longo, destacado através do estudo clássico de Josué de Castro, *Geografia da Fome* (2008). Dialogando com a temática da fome através do conceito de Segurança Alimentar, possuímos como objetivo principal identificar os processos deletérios da recente industrialização na cidade de Imperatriz/MA e a quebra da cadeia alimentar tradicional. Metodologicamente é um trabalho qualitativo, visando uma reconstituição histórica e uma revisão bibliográfica da cadeia alimentar, evidenciando o conflito causado pela industrialização recente. Como resultado, indicamos a fragilização em curso que coloca em risco a segurança alimentar, igualmente as estratégias de resistência de comunidades tradicionais.

**Palavras chaves:** Fome. Segurança alimentar. Processo de industrialização. Formas de resistência.

#### **ABSTRACT**

Hunger in Brazil is a long-standing phenomenon, highlighted by the classic study by Josué de Castro, *Geography of Hunger* (2008). Dialoging with the theme of hunger through the concept of Food Security, we have as main objective to identify the deleterious processes of the recent industrialization in the city of Imperatriz / MA and the break of the traditional food chain. Methodologically, it is a qualitative work, aiming at a historical reconstruction and a bibliographic review of the food chain, showing the conflict caused by recent industrialization. As a result, we indicate the ongoing fragility that puts food security at risk, as well as the resistance strategies of traditional communities.

**Keywords:** hunger, food security. industrialization process. forms of resistance.

#### **RÉSUMÉ**

La faim au Brésil est un phénomène de longue date, mis en évidence par l'étude classique de Josué de Castro, *Geography of Hunger* (2008). En dialoguant avec le thème de la faim à travers le concept de sécurité alimentaire, nous avons comme objectif principal d'identifier les processus délétères de la récente industrialisation dans la ville d'Imperatriz / MA et la rupture

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. Ciência Política. Docente Curso Licenciatura em Ciências Sociais/UFT – e-mail: cesarpolitika@gmail.com

<sup>2</sup> Prof. Me. Ciências Políticas e Me. Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/UFMA. E-mail: samuelcorrea.duarte@gmail.com

de la chaîne alimentaire traditionnelle. Méthodologiquement, il s'agit d'un travail qualitatif, visant une reconstruction historique et une revue bibliographique de la chaîne alimentaire, montrant le conflit provoqué par l'industrialisation récente. En conséquence, nous indiquons la fragilité continue qui met en péril la sécurité alimentaire, ainsi que les stratégies de résistance des communautés traditionnelles.

**Mots clés:** Faim. Sécurité alimentaire. Processus d'industrialisation. Formes de résistance.

## **INTRODUÇÃO**

O processo de luta pela subsistência e o combate a fome é intrínseco à própria noção de manutenção da espécie humana, pois, conforme sabemos, muitas vezes a humanidade ficou no limite da sua extinção em virtude de cataclismos e escassez de comida. No processo de desenvolvimento dos modos de produção, temos a consciência do grau de exclusão que homem foi condicionado em virtude da invenção de novas máquinas ou novas forças produtivas, aos quais alijaram trabalhadores relegando-os a fome. Igualmente, houve guerras e revoluções que causaram grandes desarranjos internacionais causando fomes endêmicas no mundo (HOBSBAWM, 2008).

Porém, por mais histórico que possamos evidenciar a fome como objeto de análise, este é um problema extremamente gravoso que se abate, especialmente, nos países subdesenvolvidos. O século XX, a despeito de todo o progresso técnico verificado, viveu com grande intensidade essa chaga, principalmente com o advento da I e II Guerra Mundial; no entanto, sendo resolvido do ponto de vista macroestrutural com o fim do conflito nos países desenvolvidos, mas sendo mantido com grande pesar nos demais países que se encontram em vias de desenvolvimento. O Brasil, como constitutivo dessa moldura, apresenta um quadro estrutural extremamente severo acerca da fome como um problema endêmico, sendo uma demanda social que tem se mostrado de difícil resolução, haja vista que esse quadro se mantém secularmente no país.

A partir do exposto recortamos o tema para uma análise empírica situando a cidade de Imperatriz/MA, localizada na Mesorregião Oeste Maranhense. Do ponto de vista econômico é considerada o maior polo da região Tocantina, detendo o segundo maior PIB do Maranhão e o quinto maior PIB per capita, apresentando uma população em torno de 258 mil habitantes, de acordo com os dados do IBGE, portanto, pode ser considerada uma cidade de porte médio. Embora a robustez econômica, de acordo com os dados oficiais evidenciando a sua pujança regional, principalmente, em face da emergência do setor dos serviços e da agricultura; No

entanto, sabemos que a distribuição de riqueza não se configura de maneira equânime<sup>3</sup>, tendo, obviamente, a cidade muitas deficiências em vários setores. Nesse sentido, a partir deste recorte elaboramos o seguinte problema de pesquisa: 1) Como se constitui o marco do processo alimentar na cidade de Imperatriz/MA mediante os ciclos econômicos e, especialmente, qual o impacto deletério do avanço dos agronegócios nesta moldura e na segurança alimentar?

Esta pesquisa ganha relevo social conforme tomamos ciência que há um rápido processo de expansão do agronegócio na região, principalmente, formado pelo advento de indústria extrativista de papel e celulose. Tal recorte industrial, além de pretender formatar um único padrão econômico hegemônico focado na monocultura, também, alija a tradicional agricultura familiar que outrora era responsável pela produção e circulação de mercadorias que afluíam para a cidade de Imperatriz. Assim sendo, a partir dessa nova reconfiguração conjugada do capital e do espaço, inverte-se e estrangula-se, por conseguinte, a moldura de circulação e fluxo de alimento na cidade, descaracterizando o modelo anterior. Portanto, urge investigar como se (re)configuram as novas estratégias de circulação de alimentos e, especialmente, no combate a fome.

Assim, para a construção desse artigo e a fim de responder o nosso problema de pesquisa cumpre refiná-lo com o seguinte objetivo principal: Identificar os efeitos colaterais da rápida industrialização da cidade de Imperatriz na quebra da cadeia alimentar. E, tributário desse objetivo principal procuraremos corroborar com a construção dos seguintes objetivos secundários: 1) examinar a bibliografia condizente a discussão da fome e o seu combate dentro dos marcos institucionais; e, 2) analisar a cadeia produtiva de Imperatriz, seus gargalos e, especialmente, as alternativas e estratégias de modo a manter o padrão de segurança alimentar. Para efeitos metodológicos tratar-se-á de um trabalho qualitativo que visa uma reconstituição histórica do cenário da cidade de Imperatriz, principalmente, através de revisão bibliográfica dos elementos mais significativos que visem responder ao questionamento e objetivos propostos nesse artigo. Ainda, cumpre informar que esse estudo é fruto de uma pesquisa empírica com saída de campo e observação participante na região de Imperatriz, visando, especialmente, a investigação dos efeitos e das implicações da Suzano Papel e Celulose S/A na região Tocantina.

---

<sup>3</sup> De acordo com os dados do IBGE, embora haja robustez no PIB em face da pujança dos agronegócios e outros *commodities*, a distribuição de riqueza se demonstra muito concentrada, haja vista que somente 22% dos habitantes possuem ocupação ativa formal, sendo que a média mensal de rendimentos não ultrapassa a dois salários mínimos. Ver in.: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

## O PROBLEMA DA FOME: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DO MARCO DO CAPITALISMO

Para trabalharmos acerca da fome como objeto de pesquisa, não podemos deixar de citar o clássico livro de Josué de Castro, *Geografia da Fome* (2002), livro datado a sua primeira edição em 1946, que teve muita repercussão no período e é muito conhecido; porém, pouco comentado, mesmo sendo um clássico da geografia e, inclusive, do pensamento social brasileiro. O livro consegue fazer um painel do histórico da fome no Brasil, suas regiões, assim como aborda com maestria as características de cada área estudada do país. Talvez, como hipótese da subestimação da sua obra seja, justamente, a banalização da fome no Brasil, haja vista que fora criado a imagem que no Brasil se plantando tudo dá ou, mais perigosamente, que a pobreza, a fome e a dor do outro são banalizados, principalmente, quando este outro não faz parte do mundo social incluso no capital produtivo, mais detidamente a questão da invisibilidade dos despossuídos.

Conformes estudo, existe uma divisão, de fato, espacialmente na sociedade brasileira, 1) havendo o mundo visível, para aqueles que são produtivos e estão inseridos dentro do *status quo* laborativo; e, 2) o mundo invisível, para aqueles que não são elegíveis para o mercado formal de trabalho, marginais, moradores de ruas, mendigos, etc. Para esta última categoria existe um grande abismo, dito de outra maneira, existe um fosso de distinção em que o Brasil não os reconhece, ficando essa parcela da população desamparada da estrutura de assistência, restando-lhe a face repressora do Estado. Ou seja, este fosso que distancia os despossuídos é justamente o espaço onde se abate com mais vigor a fome, uma vez que são eles a parcela mais sentida e desassistida da população.

De igual modo, podemos fazer a mesma analogia para a subestimação e reelaboração desse conceito no plano internacional, bem como para a sua reinterpretação bibliográfica do que trata acerca do tema *fome*. Atualmente, o conceito de fome se transmutou para outras gramáticas, por exemplo, como Segurança Alimentar, sendo este conceito amplamente defendido por organizações governamentais internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Banco Mundial. Esses órgãos na medida que trabalham com a categoria de Segurança/Insegurança Alimentar justificam esse desequilíbrio por inúmeros fatores: técnico, político, econômico; porém, ocultam as próprias contradições do modo de produção capitalista que precisa das diferenças e da fome para continuar se equilibrando e, conseqüente, adquirindo lucro do capital.

A hegemonia da transmutação do conceito de fome para Segurança Alimentar ganhou o protagonismo com a FAO nos anos 70, período em que foi identificado por esse órgão que o problema da fome não era da ordem da produção, pois havia abundância de alimentos e o que faltava era uma distribuição de alimentos com critérios sociais e não apenas mercadológicos. Neste cenário, portanto, caberia aos governantes de cada país, associados a esta diretriz internacional, construir uma política de distribuição de alimentos e que pudessem suprir carências alimentares da população mais vulnerável com intuito de atingirem um nível ótimo de segurança alimentar. Já, o Banco Mundial aprofunda bem mais essas discussões dentro do marco do capitalismo liberal, acenando que a falta de alimentos e insegurança alimentar é decorrente do fraco poder de compra de algumas nações, ou seja, endossa a necessidade das nações cumprirem o seu papel como gestoras da subsistência, obviamente, sem criticar que a raiz está dentro do modo capitalista (WORLD BANK, 1986).

Agências internacionais tributárias dessa diretriz passam a instituir como critério para identificar a situação de pobreza os proventos relativos em torno de 1 a 2 dólares por dia, de modo que as pessoas que não dispunham dessa quantia estariam abaixo da linha da pobreza, consequentemente, na faixa de insegurança alimentar e passando fome. A fim de melhor trabalharmos com os conceitos de linha da pobreza extrema, o binômio insegurança/segurança alimentar e a fome, reportamos as definições de Maxwell e Smith (1992 apud RIBEIRO JUNIOR, 2015, p. 25), em que enunciam as categorias para identificação de casos com base em quatro condições concomitantes, quais sejam: 1) **suficiência**, oferta de alimentos em quantidades suficientes atendendo ao número mínimo de calorias necessárias; 2) **acesso aos alimentos**, capacidade adquirir alimentos necessários para a sua sobrevivência (calorias/dia); 3) a **segurança**, que dialoga necessariamente com a vulnerabilidade e o risco de quebra de safras, desastres, naturais, flutuações; e, 4) **tempo**, que permite decifrar se a fome/insegurança alimentar é cíclica ou endêmica. Portanto, estes quatro pontos multidimensionais extrapolam os conceitos da fome/quantidade de calorias ingerido por dia, pois agregam outros fatores que poderiam, de acordo com o estudo, evidenciar se o local estudado apresenta ou não segurança alimentar.

Embora haja o esforço multidimensional de mensurar e quantificar os critérios da população com fome, sabemos que apenas por uma valoração quantitativa o diagnóstico da realidade se torna frágil, uma vez que é necessário muito mais elaboração e pesquisa para mensurar qualitativamente os níveis de fome do mundo. Ainda, estes dados trabalham com pessoas que passam fome e estão no nível de insegurança alimentar; porém, não buscam

evidenciar as relações sociais que proporcionam e fomentam essa fome, haja vista que são as responsáveis direto pela sua existência e perpetuação. Sugerimos, portanto, pensar a fome como reflexo das relações de produção, dentro do conceito marxiano, em que o capital impõe a produção do lucro, da mais valia e, por conseguinte, a exclusão dos despossuídos do capital. Obviamente, que estes órgãos internacionais regidos pelo grande capital financeiro internacional não podem assumir ou produzir essa crítica, sendo necessário, pois, estas críticas serem elaboradas por pesquisadores independentes que pretendem construir a explanação do estudo da fome de maneira totalizante e englobando todas as contradições dos processos produtivos. Para elucidar melhor as considerações e dialogar com os autores que trabalham com a questão da fome, destacamos o diagnóstico de Edkins (2004 apud SOUZA RIBEIRO, 2015, p. 35):

Crises de fome não são causadas por abstrações, tais como falhas no fornecimento de alimentos ou nos direitos [...] – elas são provocadas por atos ou omissões de pessoas ou grupos. Essas pessoas são responsáveis pela crise de fome e inanição em massa – elas devem ser responsabilizadas. [...] estudar fomes em massa [...] dessa forma é examinar como elas acontecem, que pequenas ações ou omissões são responsáveis por ela, e que são exatamente os beneficiários e as vítimas. Isso requer uma investigação minuciosa, em vez de teoria grande e geral.

Em síntese, de acordo com a percepção de Edkins, a sua teoria quebra com a lógica estrita da quantificação da fome como dado demográfico e busca apontar os verdadeiros autores materiais da fome endêmica no mundo – pelo seu viés crítico, se torna um instrumento analítico extremamente perigoso para ser evidenciado por órgãos internacionais diretamente ligados ao capital. Por exemplo, sabemos que a fome atual da África é resultado direto da partilha do continente pelo processo do Imperialismo das nações desenvolvidas no século XIX (HOBSBAWM, 2016) e não da incapacidade das nações africanas em produzir e/ou adquirir tecnologias para suprir as suas carências calóricas alimentares, uma vez que até a ocupação e partilha da África o continente vivia em condições de equilibrada de subsistência – a fome na África é derivação de um projeto de dominação. Portanto, seria extremamente tendencioso um estudo que focasse somente no processo e análise da fome como um *case* de insegurança alimentar, sem analisar com igual apuro as causas primárias e as quais as heranças que determinadas nações legaram para o nível atual de aprofundamento da fome e, conseqüentemente, da miséria. Ou seja, precisamos sair da lei da causa e efeito, ou melhor, da lei da oferta e demanda de alimentos, buscando analisar toda a cadeia produtiva, com as suas

causas pretéritas que condicionaram determinados níveis abaixo do padrão alimentar necessário.

Porém, ao invés de buscar soluções que quebrem com a lógica do capital, as grandes corporações e institutos internacionais reforçam a lei da oferta e da procura, uma vez que estabelecem dados quantitativos e procuram sanar a carência alimentar com empréstimos junto a bancos internacionais, conseqüentemente, endividando ainda mais os países subdesenvolvido e aprofundando-os não somente no mapa da pobreza e da fome, como, obviamente, aprofundando a questão da dependência econômica. Portanto, podemos considerar essa lógica financeira extremamente perversa, uma vez que não quebra com a estrutura que condiciona a fome (o capital) e que, de fato, incentivam o incremento do jogo lucrativo e da acumulação financeira, principalmente, através de empréstimo para países subdesenvolvidos que estejam no mapa da fome. Nesse cenário, o Banco Mundial estabelece a seguinte barganha: os gastos sociais são drenados para essa demanda para controlar os pobres; ao mesmo tempo, ocorre a fragilização dos Estados nacionais endividados pelo atrelamento a esses bancos internacionais.

Através desse processo, muitas vezes, são criados os programas de redistribuição de renda que visam o incremento financeiro de pessoas situadas abaixo da linha da pobreza, a fim de lhes garantir as condições mínimas para a sua ingestão calórica. Porém, tais políticas não conseguem erradicar completamente a pobreza e tão pouco modificam a estrutura social do país, haja vista que não trabalha na causa e somente age sobre o efeito: a fome. Melhor dito, tais programas trabalham estaticamente com as parcelas da população mais sensível e afetada pela fome; no entanto, deixam de valorar as relações de produção diretamente associado e que causam a fome endêmica daquela população, muitas vezes, associada a exploração da mão de obra, trabalho escravo, trabalho infantil, etc.

No tocante ao acesso à distribuição de renda para garantir a subsistência de população vulnerável e com fome, podemos associar aos mecanismos institucionais que foram criados no Brasil na década de 2000, principalmente, a partir da presidência de Luís Inácio Lula da Silva, com o advento da sua posse em 2003. Enfatizamos que uma das primeiras medidas elaboradas por Lula foi o “Programa Fome Zero”, caracterizada como uma política de extremamente corajosa no ponto de vista de tentar erradicar a fome, mas também modesta quando analisadas as pretensões que almejou adquirir. Mediante o estudo tratado e dialogando com o texto, Lula pretendia fazer uma ampla distribuição de renda associada ao Bolsa Família, mas não alterava de fato, a correlação das forças produtivas que causavam a exploração e a fome no Brasil. Embora com limitações reais e mesmo sendo modesto do ponto de vista estrutural, o programa

transformou-se no maior projeto para redistribuição de renda como política pública destinada ao auxílio dos desamparados da história brasileira. Ainda, registramos que mesmo contando com os valores tão ínfimos destinados do Bolsa Família (é considerado quantitativamente o número de filhos a fim de elaborar os valores a serem distribuídos<sup>4</sup>), não obstante serviam de grande valia para uma população historicamente desassistida e que nunca tiveram acesso às condições mínimas de recursos para aquisição de alimentos.

Este programa iniciado na gestão Lula manteve-se na gestão da sua sucessora, Dilma Rousseff, contudo, mesmo com todos os esforços não atingiu ao patamar total almejado: erradicação da fome total do Brasil, muito embora devemos considerar que neste período o Brasil saiu definitivamente do mapa da fome mundial<sup>5</sup>. Talvez, uma das maiores críticas do governo Lula com este programa não fora desferido pelos motivos que causam a fome no Brasil, mas contraditoriamente e reiteradamente, pelas críticas da opinião pública e das parcelas mais conservadoras da população, as quais desferiram uma campanha desmedida ao programa de redistribuição de renda, muito possivelmente, não entendendo as medidas governamentais como uma política pública efetiva, que tinha a capacidade de retirar parcelas sensíveis da população da linha da extrema da pobreza e lhes restituir uma noção básica de cidadania. Além da questão de negar o justo auxílio aos mais desfavorecidos, os críticos, ainda, em seu discurso estavam a subestimando a própria existência da fome no Brasil, numa clara demonstração de negação do estudo clássico já realizado há décadas por Josué de Castro, em *Geografia da Fome* (2002).

Reiteramos o seguinte esclarecimento, o Programa Fome Zero era um programa macroestrutural, em que, conforme já enfatizado, a sua principal ação era o programa Bolsa Família. Registramos, também, que além do Bolsa Família esse programa englobava uma política mais ampla, por exemplo, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, cisternas, bancos de alimentos, etc. Ou seja, foi um programa ousado do ponto de vista que tentava construir uma grande amplitude de políticas públicas redistributivas no Brasil, que visasse a

---

<sup>4</sup> Destinado às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 15 anos. O valor de cada benefício é de R\$ 41,00 e cada família pode acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R\$ 205,00. Para maior detalhamento financeiros ver em fonte pagadora federal/institucional: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>

<sup>5</sup> Segundo os dados analisados, entre 2002 e 2013, caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação. O relatório mostra que o Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, atingiu no Brasil nível menor que 5%, abaixo do qual a organização considera que um país superou o problema da fome. Para maiores informações ver in.: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>



solução de problemas endêmicos e históricos, principalmente a fome, mas reiterando, segundo as discussões advinda de Edkins (2204): não apontavam os causadores da fome e tampouco incidiam sobre as mudanças das matrizes produtivas que proporcionavam a fome. Ou seja, eram projetos de políticas públicas dentro do marco do capitalismo e que tinham o intuito de reformar o Estado, buscando, por conseguinte, um governo capitalista de conciliação de classes, na expectativa de alcançar os padrões mínimos comparáveis ao modelo do *Welfare State* dos países do capitalismo avançado. Porém, devemos registrar que, mesmo com limitações e com algumas falhas estruturais, o programa obteve relativo sucesso, haja vista que atingiu níveis avançados de distribuição de renda e de combate à fome, justamente em virtude de combater um flagelo secular da realidade brasileira.

### **AS ESTRATÉGIAS PARA O COMBATE A FOME NA MESORREGIÃO OESTE MARANHENSE: O CASO DE IMPERATRIZ.**

A fim de enquadrarmos e analisar a cidade de Imperatriz no mapa da fome do Brasil e dialogar se está inclusa no padrão de Segurança/Insegurança Alimentar, primeiramente, devemos fazer as seguintes caracterizações que serão de fundamental importância: 1) examinar espacialmente o lócus da cidade de Imperatriz, a fim de inseri-la em que região do Brasil encontra-se, tanto com as suas potencialidades quanto com suas dificuldades; 2) inserir a região no mapa de estudo do clássico livro de Josué de Castro, *Geografia da Fome* (2008); 3) analisar os programas políticos de gestão alimentar do período Lula e Dilma e a sua incidência na região Tocantina e, especialmente, Imperatriz; e, por fim, 4) as debilidades atuais e os riscos de Insegurança Alimentar, que por ventura a cidade poderá vir a tornar-se vítima.

Desta feita, para analisarmos a cidade de Imperatriz como um polo regional da Região Tocantina, precisamos explorar a caracterização dessa cidade como integrante não exclusivamente da Mesorregião Oeste Maranhense, uma vez que é uma cidade fronteiriça na divisa com estado do Tocantins, seccionada pelo rio Tocantins. Justamente por esse motivo, Imperatriz também é conhecida como a capital da região Tocantina, uma vez que funciona como polo regional de todas as cidades em seu entorno que circunscrevem o rio Tocantins. Nos referenciando em Milton Santos (SANTOS, 2008; SANTOS & SILVEIRA, 2001), em que o autor enfatiza com maestria que uma cidade/região adquire relevo como destaque/polo quando adquire uma funcionalidade que abrange além do seu próprio espaço, igualmente, as cidades do seu entorno; vindo a tornar-se, por conseguinte, uma cidade polo através dos setores de

serviços, trabalho, assim como construindo ações/redes e relações de poder, de modo a moldar o espaço geográfico em que vive e interligando-se geograficamente através da região.

Portanto, Imperatriz cumpre essa função de cidade polo regional na região Tocantina, motivo, portanto, que se erigiu como um polo econômico e como cidade matriz na dinâmica regional. Tal caracterização de Imperatriz como polo regional deita suas raízes desde a segunda metade do século XX, momento da construção da rodovia Belém-Brasília, BR 010, que cruza a cidade de Imperatriz. Essa rodovia teve seu início por iniciativa do governo do Presidente Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950, fazendo com que a partir desse advento trouxesse uma grande população migrante para o trabalho na rodovia. Segundo Adalberto Franklin (2008), cidade de Imperatriz em meados dos anos 1950 e 1960, em virtude da Belém-Brasília, era um verdadeiro “formigueiro humano”, pois atraía inúmeros trabalhadores provenientes de outras regiões do nordeste brasileiro fugidos da fome (CASTRO, 2002) e que afluíam para Imperatriz para se empregar como trabalhadores na rodovia. Ainda, torna-se imperativo destacar que Imperatriz é denominado o Portal da Amazônia, justamente pelas características geográficas, fazendo com que a partir do incentivo governamental nesse período confluísse um grande contingente populacional para a região (FRANKLIN, 2008).

A partir do advento da Belém-Brasília a cidade de Imperatriz começou a demonstrar uma grande pujança na região e se constituindo como extremamente ativa nos ciclos econômicos regionais (IDEM, 2008): 1) ciclo das madeireiras; 2) ciclo do garimpo; 3) ciclo dos agronegócios, ampliando, atualmente, com a tentativa de ser um polo exportador de papel e celulose. Ainda, para compreender as potencialidades econômicas da cidade de Imperatriz, reiteramos, que devemos interpretá-la como uma cidade polo regional que se encontra numa faixa de transição geográfica. Mais precisamente do ponto de vista do bioma, destacamos que encontra-se numa zona de convergência da Floresta Amazônica, do cerrado e dos cocais. Portanto, o bioma irá refletir qualitativamente e quantitativamente na produção comercial da cidade, sendo, obviamente, farta em recursos naturais para agricultura, hidrelétricas, extrativismo vegetal e pesqueiro.

No tocante ao mapa da fome, precisamos inseri-la, igualmente, nesse mapa de convergência, caso queiramos aproximar ao estudo clássico de Josué de Castro, haja vista que de acordo com o seu estudo, Imperatriz convergia aos seguintes desenhos analisado: 1) amazônico; 2) centro-oeste; e, 3) sertão nordestino - adquirindo, portanto, práticas alimentares dessas três regiões, como podemos visualizar até os dias de hoje, mediante estudo. Devemos colocar em destaque que no período estudado pelo autor o Norte de Goiás, atual estado do

Tocantins, vinha a fazer parte do centro-oeste do Brasil. No entanto, para efeitos teóricos e empírico devemos ressaltar a atualidade do seu estudo, uma vez que o que o autor pretendeu caracterizar as práticas regionais com suas peculiaridades alimentares, suas carências e deficiência no plano nutricional. Conforme realçado, Imperatriz como polo regional, geograficamente insere-se numa zona convergência dessas três regiões, recebendo, portanto, reflexos alimentares desses três pontos conectivos, como podemos estudar e impactando no padrão alimentar local.

Em relação a fome e a carência nutricional da região de Imperatriz ainda no momento atual carece de maiores estudos governamentais; não obstante, podemos dialogar com o clássico de Josué de Castro (2002), em que o autor definiu a carência alimentar sob dois enfoques: 1) áreas de fome endêmicas, no qual concebe uma determinada área geográfica em que pelo menos metade da população apresenta nítidas manifestações de carências nutricionais permanentes; e, 2) áreas de fome epidêmicas, no qual concebe uma determinada área geográfica em que pelo menos metade da população apresenta nítidas manifestações nutricionais transitórias. Assim, embora Imperatriz esteja numa região de convergência, Castro incluía o Maranhão como um todo na região amazônica, em que caracterizava a alimentação sendo predominante com os derivados da mandioca, suas farinhas, beijus e animais aquático - fruto do extrativismo pesqueiro. Ainda, caracterizava a região como portadora dos atributos de área onde havia fome endêmica, em face das baixas taxas nutricionais da população.

Realçamos, contudo, que o estudo de Castro (2002) focava os anos 1940. No contexto das políticas de desenvolvimento regional implementadas desde o governo JK, a cidade de Imperatriz veio a modificar esse padrão alimentar ao longo dos anos, com destaque nas últimas décadas. Recapitulamos que ocorreu um grande avanço na moldura econômica da cidade, em que segundo Adalberto Franklin (2008) informara, Imperatriz veio a funcionar, a partir dos anos 1950, como um verdadeiro “eldorado verde”, especialmente, aos flagelados da fome do Nordeste.

Ainda, nesse aspecto devemos registrar, muito precisamente, que a migração em massa para a cidade de Imperatriz e seu entorno foi responsável diretamente pelo desbravamento dessa região da Amazônia Oriental, muitas vezes, desmatando e criando novas fronteiras agrícolas. Essas novas fronteiras agrícolas ocasionaram diretamente duas ações: 1) por um lado, houve o acréscimo de novas zonas de agricultura familiar nas regiões do entorno da cidade de Imperatriz, formando um verdadeiro cinturão verde alimentar na cidade; e, 2) por outro lado, em virtude de ser uma zona constante de grilagem entre novos posseiros, ocasionou severos

conflitos de terra, principalmente, a partir da década de 1970 com advento das grandes pastagem para uso comercial do gado – ganhando, obviamente, a força da bala e do capital (TEIXEIRA,2016).

Mas, podemos considerar que mesmo com os transtornos da violência, da bala e do capital, ainda, a cidade de Imperatriz possuía um bom núcleo rural em seu entorno em que beneficiava a população local com a prática comercial de gêneros alimentícios. Registramos, conforme enunciado, que em virtude dos ciclos econômicos a cidade soube fazer reproduzir riqueza, principalmente, no período do garimpo de Serra Pelada (PA), vindo a ser um importante entreposto comercial (IDEM, 2016). Assim sendo, podemos afirmar que somente após ter esgotado esse ciclo comercial do garimpo em meados dos anos 1990 a cidade precisou se reconfigurar espacialmente, economicamente e buscar novas saídas para manter a população ativa a fim de evitar a fome.

Nesse período de viragem dos anos 1990 para os 2000 é que começa de fato a ocorrer os planos de redistribuição de renda do governo federal com mais força. Registramos, contudo, que já havia outros programas desde o governo de Itamar Franco e de FHC (década de 1990), mas, conforme exposto, somente na década de 2000 houve um plano com mais vigor. Ainda, destacamos que houve outros programas assistencialistas advindo diretamente do governo do estado, mas que de fato não tratava a fome de maneira consistente e estrutural, vindo a configurar apenas medidas paliativas aos mais desassistidos, muitas vezes, com forte caráter eleitoral. No tocante aos programas Gestão Lula/Dilma, conforme já enunciado, venho a responder pelo incremento substancial na população desassistida da cidade, assim como em todo o Brasil enquanto um projeto de política pública com contornos bem desenhado.

Registramos, ainda, que no período Lula/Dilma pode ser considerado como um momento político caracterizado por apresentar um cenário econômico nacional de retomada do modelo desenvolvimentista, momento este que o Brasil atingiu níveis excelentes comparáveis ao pleno emprego e com taxas baixas de desemprego<sup>6</sup>. Também, o governo nacional fomentou linhas de créditos através do BNDES, assim como promoveu um ciclo de industrialização e consumo que fez com o que Brasil apresentasse taxas desenvolvimento muito positivas no período. Nesse momento de rápida pujança, novamente, Imperatriz insere-se no ciclo desenvolvimentista do período, vindo a ter vários incrementos nas áreas do agronegócios,

---

<sup>6</sup> De acordo com dados do IBGE, a taxa de desemprego caiu para 4,3% da População Economicamente Ativa (PEA) em dezembro de 2014, sendo a menor taxa da série histórica, iniciada em março de 2002. Ver in: <http://www.ibge.gov.br>.

construção civil e indústria. Quanto a este último registra-se a importância da Suzano Papel e Celulose S/A, que venho a se instalar na área rural no entorno muito próximo de Imperatriz, trazendo para a cidade duas situações contraditórias: 1) por um lado, aumentou o PIB da cidade, uma vez que houve um novo incremento industrial da cidade; e, 2) por outro lado, desmanchou o cenário da agricultura familiar da cidade na área rural do entorno de Imperatriz.

No tocante aos aspectos deletérios do progresso, com certeza, esse segundo cenário é o fato mais gravoso, uma vez que o incremento econômico advindo do PIB da Suzano S/A é diluído entre as várias despesas econômicas na gestão municipal. Assim sendo, fica mais visível os aspectos deletérios da implantação de uma grande empresa na zona rural da cidade, pois esta região era, até a instalação dessa indústria, uma zona agrícola por excelência e responsável direta por escoar a produção de hortifrutigranjeiro para as tradicionais feiras livres da cidade de Imperatriz; mas, após a instalação da Suzano S/A essa zona agrícola venho a ter severos esgotamento sob dois aspectos principais, quais sejam: 1) a “captura” dos trabalhadores rurais do entorno da Suzano para ser empregado, ou seja, deixam de ser camponeses e pequenos produtores rural, a fim de se proletarizar numa grande indústria nacional; e, 2) a destruição visível do bioma natural da região, provocado, sobretudo, pelo processo de plantio de eucalipto e, como consequência direta, havendo o esgotamento dos solos, o fim dos ribeirões, aniquilamento da fauna nativa, o término do plantio da agricultura familiar e o cerceamento das quebradeiras de coco babaçu .

Ainda, devemos registrar que todo esse trabalho empreendido pela Suzano Papel e Celulose S/A inserisse numa perspectiva macrorregional, pois geograficamente compreendem toda a Mesorregião Oeste Maranhense e, mais fortemente, na cidade de Imperatriz e seu entorno. Obviamente, que o processo provoca a estiagem nos pequenos ribeirões e, igualmente, implica diretamente no processo de assoreamento do rio Tocantins, uma vez que era o escoadouro natural desses pequenos rios.

Devemos, também, salientar que o processo de proletarização no campo, atributo que transforma trabalhador rural em empregado da indústria, além de desmanchar a dinâmica do seu trabalho tradicional, ainda reflete nas mudanças das culturas tradicionais materiais e imateriais camponesas, pois em virtude da lida diária da indústria não se conserva as práticas rurais. Igualmente, enfatizamos que o fato de não trabalhar mais no campo implicará na quebra da manutenção da propriedade rural, vindo, portanto, a não mais comercializar produtos agrícolas do campo para a cidade. Nesse circuito, como consequência direta, a população de Imperatriz fica paulatinamente dependente da atividade comercial advinda exclusivamente de

grandes redes varejistas, por exemplo, o Grupo Matheus S/A, responsável pesadamente por toda a circulação de mercadoria da região.

Além do aniquilamento da produção da agricultura familiar, ainda, devemos sublinhar com igual vigor que o fato de implementar uma plantação de eucalipto em larga escala, extirpa, conseqüentemente, com a floresta dos cocais, especialmente, o coco babaçu, responsável por grande circulação comercial promovida pelas quebradeiras de coco. Quanto ao circuito comercial das quebradeiras de coco torna-se imperativo registrar a seguinte cadeia produtiva/ecológica: 1) há o processo de colheita do coco, de maneira natural e extrativista; 2) ocorre o processo de beneficiamento das sementes; e, 3) procedem a venda dos produtos como azeite de coco, farinha, etc. Em síntese, há toda uma rica cadeia produtiva em que vivem diversas famílias e em processo equilibrado com a natureza há séculos. Ainda, o processo de circulação dos insumos do coco aflui para a cidade de Imperatriz vindo a ser comercializado nas feiras da cidade, portanto, trazendo, dividendo para a população tanto do campo quanto da cidade.

Porém, com o processo de esgotamento do campo em virtude de um único modelo extensivo agrícola e pela escolha impositiva de apenas uma matriz produtiva sob o jugo do grande capital, identificamos que ocorre também um esgotamento tanto dos recursos naturais nativos do campo quanto do solo. Igualmente, destacamos que nem todos os agricultores são absorvidos quantitativamente pela indústria, formando, obviamente, uma legião de desempregados do campo. Esses acabam tornando-se desempregado e não conseguem retornar ao labor do solo, uma vez que não podem voltar a utilizar a agricultura para um retorno lucrativo, haja vista que o bioma fora comprometido severamente pelo uso extensivo com a plantação de eucalipto, ou seja: fora comprometido todo o entorno em virtude da exploração comercial pela grande corporação industrial. No tocante as quebradeiras de coco, ocorre da mesma forma um estrangulamento das suas forças produtivas, tendo essas trabalhadoras encontrado extremas dificuldades para exercer o seu ofício e sendo constantemente ameaçadas por grandes fazendeiros e corporações. Ocorre, portanto, também a fragilidade dessa cadeia produtiva e o empobrecimento das trabalhadoras camponesas que se dedicam ao extrativismo.

Assim buscando dialogar com a literatura trabalhada nesse artigo, conforme indicamos, a fome pode se dar também quando ocorre processo que tende a Insegurança Alimentar, melhor dito, quando há falta dos padrões de segurança alimentar que mantinham o nível ecológico adequado entre a natureza, a agricultura, o bioma e o clima, causando, portanto, vulnerabilidade da cadeia alimentar produtiva e podendo haver fome. Nesse aspecto, em virtude do fato de

haver uma indústria que se instalou tão pesadamente na região, percebemos o quanto a sua incidência implicou severamente na segurança alimentar de todos os trabalhadores camponeses da região, visto que representou a extinção do modo de vida tradicional campesino.

Igualmente, em face das debilidades e da falta de segurança instalada diagnosticamos que poderão implicar, ainda, a longo prazo uma mudança sensível no padrão alimentar da própria cidade de Imperatriz: 1) outrora vivendo com a troca de mercadoria, assim como a compra e venda de produtos direto do campo, pois era extremamente próximo, para, talvez, 2) ocorrer o esgotamento desse modelo, fazendo, com que necessariamente, tenha que consumir apenas produtos vendido de grandes corporações varejistas.

Obviamente, que isto trará outros custos à cidade, uma vez que os preços baseados no lucro dessas grandes empresas irão ao encontro do padrão de oferta e procura das grandes corporações nacionais, tendo preços condizentes ao centro do país, bem como com a inflação e todo o ônus acarretado. Portanto, esgotarão o antigo modelo de comércio que confluía entre o rural/urbano tão comum ainda em cidade de tamanho médio e vindo, por conseguinte, a impor um novo padrão de comércio de cidade de porte grande, mesmo que Imperatriz não tenha ainda como comportar tamanho impacto. Não obstante, como resultado desse progresso direto poderá aumentar a fome e vindo a fragilizar ainda mais o processo de segurança alimentar, justamente, pela cidade ainda não se encontrar preparada para ter um custo de vida com esse padrão.

Embora a pesquisa aponte alguns fatores adversos em face do padrão de industrialização recente da cidade e em virtude do processo de esgotamento do campo, tanto por cooptação dos camponeses quanto por opressão com as quebradeiras de coco, está ocorrendo, também, um processo de confronto, conforme podemos elencar: 1) há um forte processo de resistência das quebradeiras de coco, denominado de Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – (AMIQCB) constituindo-se em uma organização de mulheres camponesas que se juntam a partir do histórico de luta em defesa do ambiente, com a proposta de agroextrativismo do coco babaçu; de preservação e do livre acesso aos babaçuais, fomentando lutas de caráter político-jurídico; e, 2) também, registramos o processo de criação de cinturão verde no entorno da cidade de Imperatriz, buscando através das práticas da agricultura familiar e ecológica suprir o déficit perdido com o processo esgotamento contínuo da zona rural encampadas pela Suzano Papel e Celulose S/A.

Esses são exemplos de pequenas estratégias em nível microrregional, que podem representar quantitativamente pouco em âmbito regional; porém, devemos enfatizar a existência dessas opções como nível de resistência dessas comunidades contra o grande capital. Ainda

dialogando com os autores teórico nesse artigo, Edkins (2004) abordava que estudar apenas os problemas da escassez alimentar e da fome associando a dados demográfico, a fim de mensurar os dados estatístico para segurança alimentar em convergência com grandes instituições públicas é por demais cômodo, haja vista que não combate a raiz do problema. Igualmente, apenas transferir renda ou dar bolsa quando a fome estiver instalada é apenas paliativa. Partindo dessa premissa e procurando o diálogo com Edkins, apontamos que a instalação da Suzano Papel S/A, além dos benefícios para com o PIB de Imperatriz, também revelou efeitos deletérios em virtude de ocorrer um processo de industrialização por imposição no campo, na medida que quebrou com o padrão de produção agrícola tradicional e a sua forma alimentar. Nessa perspectiva, evidenciamos o quanto isso coloca, de fato, em risco a Segurança Alimentar de toda uma população, não somente a rural, mas também urbana - que vive muito próxima e ainda é efetivamente tributária do padrão alimentar tradicional advindo do campo.

## **CONCLUSÃO**

Sabemos que com a urbano-industrialização este contingente aumenta e socialmente se diversifica. Todavia, o processo industrial que urbaniza e dá novo conteúdo social ao modelo histórico da sociedade brasileira não engendra ainda uma sociedade civil que quebre o modelo concentrador-excludente característico (MOREIRA, 2002, p.33)

Ao longo do texto buscamos perseguir as discussões teóricos que versassem ir além das elaborações teóricos que englobasse valor de diária para taxa de pobreza ou quantidade mínima de caloria ingerida. Caracterizamos no texto, portanto, algumas discussões orientadas pela FAO, bem como exploramos alguns autores que procuraram fazer uma crítica condizente ao próprio modo de produção capitalista, caracterizado por este como o principal responsável pela fome no mundo. Porém, como ainda estamos dentro do marco do capitalismo, que rege tanto o modo de produção quanto as formas de produção, portanto a crítica tem que ser feita buscando medidas que visem apontar soluções, assim como evidenciar quem são os autores da fome no mundo.

Buscando essa trilha dialogamos com muito acuro acerca do binômico Segurança/Insegurança Alimentar e verificando que nos países subdesenvolvidos há uma grande fragilidade no tocante esse tema, principalmente, para os países que se encontram no mapa da fome. Ou seja, há uma relação muito delicada, bem como há análises que buscam explicar como um país se torna Inseguro Alimentar e quais os riscos que o mesmo corre passando para essa esfera. Desse modo, a partir dessa caracterização e percebendo a



vulnerabilidade que colocam em risco determinadas zonas, recortamos espacialmente para um nível micro, ou seja, a cidade de Imperatriz e o seu entorno, buscando visualizar o custo que uma grande corporação industrial implicou na manutenção/extinção do bioma nativo e, conseqüentemente, implicando em resultados extremamente deletérias.

Identificamos, mediante estudo, que ocorre um esgotamento do solo e da natureza local em virtude do uso extensivo dos eucaliptos para extração de celulose, assim como há a cooptação dos trabalhadores do campo para trabalhar na indústria e vindo a seccionar a produção agrária, bem como a circulação de mercadoria campo/cidade. Também, registramos o cerceamento do ofício das quebradeiras de coco, expoliando, portanto, além do seu labor ainda todo o patrimônio material e imaterial extraído da sua cultura. Fechando análise, há um corte abrupto na produção agrícola que afluía às feiras da cidade, fazendo com que a população urbana tenha que comercializar somente com grandes empresas corporativas varejistas.

Ou seja, diagnosticamos as causas primeiras, aquelas elencadas como elementos que podem ocasionar vulnerabilidade na Segurança Alimentar, tais indicativos conjugados poder-se-ão vir a apresentar um gravoso problema a longo prazo ou até mesmo a médio prazo, nesse caso, principalmente, se as crises sistêmicas do país vieram mais incisivamente agravar as condições de vida da classe trabalhadora com desemprego, inflação, descaso com a saúde, etc. Porém, mesmo com um quadro adverso ainda podemos observar algumas formas de resistências, especialmente com as quebradeiras de coco que se organizam coletivamente e tentam quebrar a hegemonia do capital, com muita resistência, de modo a manter a sua cultura e visando a muito custo não figurarem na sombria estatística da fome.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 2 ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2002.

FRANKLIN, A. **História econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **A era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_, E. J. **A era do capital: 1848-1875**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

MOREIRA, Ruy. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. **GEOGRaphia**, vol. 4, nº 7, p. 23-37, 2002.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo**. 244 f.

Doutorado em geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

TEIXEIRA, Natalia Mendes. **Imperatriz**: a terra da pistolagem, assassinatos, memórias, fatos, representações e lógicas sociais. Imperatriz/MA. Ed.: ética, 2016.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

WORLD BANK. **Poverty and hungry**. Issues and Options for food security in developing countries. Washington, DC: World Bank Policy Study, 1986

#### **SITES CITADOS:**

<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 19/09/2019.

<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx> Acesso em 19/09/2019

<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das->

Recebido em 21 de abril de 2020.  
Aprovado para publicação em 15 de maio 2020.